

III

A periferização do mundo

Mas o que está “ocorrendo sob nossos olhos”? Precisamos entender melhor essa transformação histórica no capitalismo se quisermos estar à altura dos desafios que confrontam os comunistas hoje em dia.

Uma maneira de compreender a erosão do terreno social no capitalismo contemporâneo sem reduzir esse processo a uma mera questão de individualismo ou de ideologia é o que chamamos de tese da periferização. Sua formulação mais imediata e conhecida é de que, hoje, as condições sociais que se apresentam nas periferias do capitalismo estão se expandindo rumo ao centro do sistema capitalista. Em mais detalhes, o que essa tese defende é que existiria uma cisão crescente entre desenvolvimento econômico e social, uma desagregação efetiva das condições de vida do proletariado, enraizada nas transformações de suas condições materiais de sobrevivência, e que torna anacrônica e idealista qualquer tentativa ingênua de apelar à unidade e solidariedade de classe. Em outras palavras, não é que, ao se isolar uns dos outros, os trabalhadores atuariam hoje contra os seus próprios interesses: são esses próprios interesses – aquilo que as pessoas precisam efetivamente fazer para sobreviver – que não necessariamente se alinham hoje em dia com a formação de um grupo político amplo, orientado por demandas e necessidades comuns. No entanto, a tese da periferização não trata essa situação como efeito de uma crise terminal do capitalismo. Como mencionamos, essa interpretação do capitalismo contemporâneo sugere, ao invés, que esse processo se deve ao fato de que as condições sociais que antes eram relegadas apenas à periferia do sistema – onde a social-democracia e a modernidade capitalista nunca se instalaram totalmente – estão agora sendo adotadas até mesmo nos países do chamado “primeiro mundo”. Ou seja: por um lado, se trata de fato de um novo momento histórico, por outro, o conteúdo dessa novidade não é tão novo assim.

Fica evidente, dessa maneira, porque esse processo é chamado de “periferização”: ele nomeia a expansão das condições sociais da periferia do capitalismo rumo ao centro do sistema. Não à toa, nos anos 80, a palavra “Brasil” deixou de nomear apenas o nosso país para se tornar, na boca de alguns sociólogos e analistas econômicos, um verbo. A “brasilianização” do mundo seria justamente o processo social que faz emergir, de dentro de economias avançadas e modernas, características que seriam associadas a países “atrasados” como o nosso: cidades partidas pela desigualdade social gritante, a simbiose entre a violência direta e a impessoalidade das forças do capital, uma polícia responsável pela manutenção de um apartheid racial, a crise perpétua das instituições democráticas etc. É importante notar que a tese da periferização não sugere que haveria uma nova força ou tendência no capitalismo, levando todos os países a imitar o que se passa na periferia – defende, ao contrário, que esse efeito é o que acontece quando é permitido que o capitalismo retorne ao seu funcionamento normal. São processos históricos como a modernização europeia do começo do século vinte, os “anos dourados” dos Estados Unidos depois da Segunda Guerra Mundial e o “boom” japonês dos anos 80 que, na verdade, representam exceções à dinâmica regular do capitalismo e que dependem da intervenção de outras forças para serem explicados, como o uso dos espólios da expansão colonial para criação de um sistema de seguridade social, ou a necessidade de reagir e conter o avanço do movimento comunista ao longo do século vinte.

Essa é uma diferença importante, pois a tese de que viveríamos um colapso do capitalismo demanda uma explicação detalhada e complexa: afinal, o que teria acontecido, qual teria sido o limite intransponível que o capitalismo encontrou e que seria responsável pelo estado de crise perpétua em que vivemos agora? Ainda que não seja contraditória com algum argumento desse tipo, a tese da periferização afirma algo mais simples. É possível sim que o capitalismo tenha encontrado um limite para o crescimento econômico baseado na produtividade do trabalho – seja esse um limite interno ou externo, como a destruição da natureza – mas isso não é o essencial. A mudança histórica realmente importante é que se tornou possível acumular valor e explorar a força de trabalho sem precisar

organizar os trabalhadores, isto é, se tornou possível tratar os trabalhadores dentro das relações sociais capitalistas do mesmo modo que o capitalismo já vinha tratando àqueles que mantinha à margem dessas mesmas relações. Essa mudança – que certamente depende dos avanços tecnológicos das últimas décadas e de outras transformações sociais recentes – pode até ter sido acelerada em resposta a diferentes obstáculos ao crescimento produtivo, mas não deve ser tratada como um mero efeito provisório, algo que um novo ciclo de inovações ou de abundância material viria reverter. Há algo na periferização do mundo que permite que o capitalismo opere com menos entraves e desvios – razão pela qual explicar a lógica da periferização não é muito diferente de explicar como o capitalismo operou em muitos lugares desde sempre.

Como consequência, em vez da lenta expansão do estado de bem-estar social, da ideologia liberal e da democracia de baixa intensidade, trazendo características dos países capitalistas avançados para os periféricos, é o hibridismo social, a heterogeneidade conflituosa e a tipologia do trabalho informal, fomentados nas periferias do capitalismo desde seu surgimento, que agora se expandem em direção ao centro. Em suma, a tese da periferização afirma que nunca houve conexão necessária entre o desenvolvimento capitalista e a criação de um espaço social moderno – o alinhamento entre economia capitalista e desenvolvimento social foi local e circunstancial, e condicionado ao aprofundamento da destruição social e natural em todos os outros lugares. Não apenas isso, mas as formas híbridas de dominação cultivadas em países, bairros e favelas onde esse alinhamento nunca existiu, agora emergem como o conjunto de tecnologias sociais mais adaptáveis e aplicáveis ao controle e à produção capitalista. O processo de periferização indica, portanto, que quanto mais o espaço social se torna fraturado, híbrido e heterogêneo, mais o capital pode circular sem os obstáculos da inércia humana.

Mas se essa maneira de descrever as transformações recentes do capitalismo vai na direção correta, então ela deveria ser capaz de iluminar os desafios políticos que mencionamos no capítulo anterior. Vejamos se esse é o caso.

A vulgarização do espaço social

Uma consequência crucial do processo de periferização – e que afeta diretamente qualquer política preocupada com os interesses comuns do proletariado – é o que chamamos de vulgarização do espaço social. Por “espaço social” queremos dizer, aqui, o espaço onde compartilhamos nossas experiências sociais – não é um espaço geográfico, mas a dimensão comunicativa, que engloba coisas como o espaço público, a circulação de discursos e informações etc. A maneira mais simples de definir esse processo é comparando a vulgarização ao processo oposto, a “popularização”. Quando dizemos que um autor populariza uma ideia, pode até ser que a ideia em questão esteja sendo simplificada, como em um livro de divulgação científica, mas seu conteúdo essencial está sendo preservado e a popularização está tornando essa ideia acessível a um número maior de pessoas. A vulgarização de algo, porém, vai na direção contrária. Quando dizemos que uma ideia foi vulgarizada isso não quer dizer apenas que ela se tornou mais acessível, mas também que foi banalizada – algo se perdeu no processo de disseminação do seu conteúdo. Na popularização, quanto mais uma ideia circula mais ela deixa de ser privada e se torna pública, muitas pessoas entendem a mesma coisa, enquanto, na vulgarização, quanto mais alguma coisa circula mais sua dimensão pública vai se tornando privada, isto é, cada um usa e entende do jeito que convém.

Ora, a condição para que a interpretação de cada um, ou cada grupo social, seja suficientemente diferente uma da outra para que a circulação de uma ideia ou discurso no espaço público se vulgarize é, justamente, que a experiência de mundo não esteja sendo nivelada, criando um ambiente social partilhado, com as mesmas referências. Os referentes sociais – os componentes reais da vida social – é que determinam se vivemos um processo de popularização ou vulgarização social. Sem dúvida vivemos na época de maior conectividade e circulação de informação que a humanidade jamais viu, porém não decorre daí que exista qualquer grau de homogeneidade na experiência social das pessoas, e, portanto, condições para

que uma ideia ou discurso circule produzindo um novo senso comum ou uma nova visão política. De nada adianta a ampla circulação de uma ideia ou recurso de interesse do povo se aquilo que realmente faz diferença na vida de cada um, o ambiente concreto com o qual interagimos cotidianamente, estiver cada vez mais fragmentado, criando formas muito diferentes de apropriação daquilo que conecta e atravessa esses diferentes contextos. A vulgarização é um dos efeitos de um material comum circular por um terreno social esfacelado: ele será absorvido e refuncionalizado de acordo com as necessidades de cada fragmento desse terreno. A vulgarização do espaço social é, nesse sentido, uma consequência importante do processo de periferização, uma maneira de descrever como pode continuar existindo uma estrutura de classe – um circuito comum, conectando vida, trabalho, capital e mais-valia – sem que isso produza uma experiência comum de classe, uma vez que o ambiente social de cada trabalhador, categoria ou grupo pode ser bastante diferente um do outro, até mesmo incompatível em termos de valores e forma de se organizar.

É muito comum que se aborde essa questão por outro caminho, defendendo que o neoliberalismo simplesmente afasta as pessoas da vida coletiva, promovendo uma vida individualista e atomizada. O paradoxo dessa maneira de descrever os efeitos do capitalismo contemporâneo é que, ao mesmo tempo em que ela denuncia uma crise do espaço público e o fim de um certo senso de coletividade na classe trabalhadora, o efeito final desse processo continuaria sendo a homogeneização social, um grande nivelamento: o capital ainda seria responsável por igualar a todos nós a partir de uma nova experiência do trabalho.

Um problema fundamental com a tese de que o neoliberalismo simplesmente forçou todos à posição de indivíduos em competição uns com os outros é que ela não considera os efeitos reais do abandono da organização da vida dos trabalhadores por parte do capitalismo: na prática, esse processo não significa apenas uma maior desagregação da experiência coletiva do proletariado, mas também uma maior dependência dos trabalhadores em formas alternativas de sobrevivência, como redes de apoio, famílias estendidas, igrejas etc. É apenas um

grupo social muito particular que, ainda conseguindo garantir sua reprodução social quase exclusivamente através do dinheiro, se encontra hoje realmente isolado e atomizado. Para muitas pessoas, o efeito foi o contrário, com um aumento do grau de dependência de terceiros – muitas vezes agravado, inclusive, pelo contraste com o discurso prevalente, que valoriza a competição e a independência. Não à toa, a crise do mundo do trabalho também levou a uma crise do trabalho de reprodução social, intensificando o trabalho de cuidado realizado quase sempre dentro da estrutura familiar, à sombra da troca monetária, por mulheres.

Para nós, é importante não nos contentarmos com tratar esse processo de fragmentação da classe trabalhadora como se ele fosse apenas um efeito ideológico do neoliberalismo, que teria ludibriado os trabalhadores a se recolherem em bolhas culturais ou a lutarem apenas por seus interesses privados. Essa maneira de pensar não nos ajuda por duas razões. Primeiro, porque faz parecer que muito pouco seria necessário para reverter politicamente a situação: bastaria uma crítica do discurso neoliberal e os trabalhadores passariam novamente a buscar sua associação e reconhecer sua causa comum. Segundo, pois essa explicação também alimenta a crença que criticamos no capítulo anterior, dando a impressão de que, uma vez removida essa força desagregadora – supostamente responsável pelo ocaso da consciência de classe e pelo surgimento das políticas ditas “identitárias”, por exemplo – nós poderíamos simplesmente retomar os rumos da política revolucionária do século passado.

Além do mais, parte da razão pela qual essa leitura sobre o individualismo contemporâneo segue sendo promovida sem grandes críticas tem a ver com o próprio processo de vulgarização que mencionamos aqui. É que mesmo existindo, de fato, um discurso que promove cada vez mais a centralidade do indivíduo em competição com os demais, sua absorção e uso em diferentes contextos sociais pode variar bastante. Por exemplo, mesmo sendo visivelmente hegemônico, o discurso do empreendedorismo é socialmente “vulgarizado”: em alguns lugares, o empreendedorismo popular cria vínculos e aproxima pessoas, em outros, realmente

estabelece uma concorrência desenfreada, se tornando até mesmo um modelo para a subjetividade. Mas como os referentes de cada um desses contextos fragmentados é diferente, não é possível registrar essas variações sem realizar alguma mudança efetiva de posição. Sem observar como os referentes de cada espaço social se diferenciam, tudo se passa como se o individualismo fosse mesmo um processo nivelador, já que é realmente dominante no campo do discurso e das imagens.

A vulgarização do espaço social cria, portanto, um novo tipo de impasse político: é possível observar tendências muito gerais, que parecem cobrir e estruturar toda a vida social, e ainda assim não observar nenhuma das consequências que esperaríamos de um discurso ter se tornado hegemônico. A apropriação particular de conteúdos de grande circulação cria um tipo de obstáculo ao desafio político de conectar lutas particulares a uma visão coletiva maior, obscurecendo, por trás da grande massa de materiais mais ou menos similares que todos consomem e produzem, o quão diversa a experiência social se tornou. E essa impressão superficial de que estamos todos atravessando de maneira similar as transformações radicais do capitalismo periférico pode reforçar a expectativa de uma grande convergência política popular, nos cegando para a real extensão dos nossos desafios. Em um contexto de vulgarização, não basta nomear da mesma maneira diferentes demandas sociais para criar um campo político comum, é preciso rearticular a própria realidade social e construir, a partir da articulação das lutas concretas, um terreno social comum capaz de lastrear uma visão revolucionária efetivamente partilhada.

A saturação das formas políticas

A dificuldade de navegar e interagir com um terreno social fragmentado nos traz a um outro efeito da periferização, já mais explicitamente político, que podemos chamar de saturação. O termo vem da química, onde descreve o momento em que uma solução não consegue mais dissolver alguma substância em seu meio – por exemplo, quando despejamos um açúcar em um copo d'água e, a partir de uma

certa quantidade, os cristais apenas vão se depositando no fundo, incapazes de se misturar ao líquido. Chamamos de saturação política o momento em que uma dada forma política perde sua tração na realidade, se tornando incapaz de nomear processos reais, de interagir com eles e transformá-los – é quando a forma não se mistura mais ao seu meio social.

Esse efeito de saturação é notável em diversas das orientações políticas que foram formuladas sob a premissa de que o terreno social no capitalismo moderno tenderia sempre a produzir uma maior homogeneização dos trabalhadores – sejam essas orientações de esquerda ou de direita. De certa maneira, o processo de periferização introduz uma outra oposição política para além daquela, já bem estabelecida, entre esquerda e direita: a diferença entre as formas políticas que dependem de um processo espontâneo de convergência e aquelas que já levam em conta a existência de um espaço social vulgarizado e cindido. Não à toa, pode haver muito mais semelhança entre conservadores e progressistas que dependem igualmente da manutenção de uma institucionalidade já em frangalhos do que entre uma esquerda que ignora a periferização e a energia política, potencialmente radical, que surge a partir das fraturas sociais periféricas.

Na verdade, o problema da saturação política poderia nos ajudar a entender porque debates sobre o caráter de “esquerda” ou “direita” das Jornadas de Junho nunca nos levaram a nenhuma conclusão estratégica de interesse. Analisada sob o ângulo da saturação política, a famosa querela sobre o papel de Junho na consolidação das forças reacionárias na última década poderia ser reavaliada. Ao invés do jogo de espelhos onde uma parte da esquerda culpa a outra por adotar táticas equivocadas, abrindo espaço para o fortalecimento dos nossos inimigos políticos, poderíamos descrever 2013 como um momento de virada onde todo um sistema político progressista – composto por forças institucionais, reformistas, revolucionárias, autonomistas, anarquistas etc. – descobriu-se incapaz de canalizar as forças sociais de um terreno social fraturado não por causa de uma incompatibilidade de valores, mas por conta das formas de organização política de todo esse sistema. A direita que ganhou espaço, portanto, não foi aquela que

expressou o conservadorismo supostamente latente do povo – e nem aquela que seria efetivamente “revolucionária” em seus objetivos – mas aquela que conseguiu aproveitar o alinhamento circunstancial entre seus ideais – como a crítica da institucionalidade democrática, elogio do individualismo e da vida privada, centralidade do mercado perante o desfalecimento das formas públicas etc. – e as novas clivagens desse terreno socioeconômico. Uma direita que encontrou formas para interagir com seu meio social, independente do resultado político específico dessa interação. A hipótese da saturação política nos permitirá, assim, distinguir a impotência da esquerda em se adaptar às novas condições históricas da potência real da direita bolsonarista, evitando uma série de fantasias sociológicas sobre a ascensão de uma extrema-direita brasileira quase onipotente.

Além disso, a tendência inversa de tentar estar à altura da energia política do nosso tempo descrevendo as revoltas e formas de luta contemporâneas como sendo essencialmente “sem forma” – geralmente correlacionando a crise do trabalho formal à crise das formas políticas – também pode ser colocada em outra perspectiva. Afinal, é do ponto de vista exclusivo do progressismo modernista de esquerda – tenha ele de um sabor mais moderado ou radical – que as revoltas contemporâneas explodem como se não tivessem nenhuma forma específica: trata-se de um efeito de contraste entre uma visão política já saturada, incapaz de interagir com esses novos processos, e novas formas políticas já moldadas por um terreno social vulgar, com seus próprios compromissos normativos e organizacionais, que não se parecem em nada com a luta de classes convergente e homogeneizada que esperávamos encontrar.

A autofagia política

Em um contexto de saturação política, no qual a interação entre as formas políticas da esquerda e o terreno social fica comprometida, o que ocorre com esse sistema de organizações e ideias políticas radicais? Uma das possibilidades é que, sem poder se guiar pelos efeitos concretos que produz na realidade social, as esquerdas se voltem contra si mesmas. É o paradoxo da “autofagia”, o gesto

grotesco de ingerir o próprio corpo: o mesmo ato desesperado de se alimentar para permanecer vivo é o que acelera a destruição.

Em sua versão mais extrema, a autofagia das esquerdas aparece como um esforço ativo de eliminar e sabotar outros setores políticos do mesmo campo, mas, no geral, essa dinâmica se apresenta de forma mais branda, como uma constante avaliação crítica de todas as outras formas de ação e teoria política dentro da esquerda. Mas o que levaria uma tendência política de cunho explicitamente emancipatório a decidir focar suas energias na crítica – e, em casos mais graves, no combate efetivo – a outras frentes de luta relativamente próximas a ela? A maneira mais simples de compreender esse processo é mobilizando as teses que apresentamos até aqui.

Façamos um rápido resumo. O processo de periferização permite que o capitalismo opere uma unificação e homogeneização dos circuitos do valor sem, entretanto, precisar organizar a vida dos trabalhadores de maneira a aproximar suas experiências sociais. Nesse contexto de fragmentação, no qual o terreno social se divide a partir das diferentes maneiras que grupos, categorias e mesmo regiões geográficas conseguem garantir sua sobrevivência, também se diferenciam seus referentes concretos, os ambientes sociais com os quais cada fração da classe trabalhadora interage tanto no trabalho quanto fora dele. Chamamos de vulgarização o modo como tudo o que circula de comum pela sociedade passa a ser apropriado de forma diferente por cada um desses fragmentos sociais. E chamamos, então, de saturação a consequência que esse processo tem sobre as organizações e movimentos políticos que tentam interagir com a classe trabalhadora como se ela ainda partilhasse de um ambiente social comum, fruto da homogeneização social produzida pelo trabalho no capitalismo. Nesse contexto, as ideias e ações radicais não produzem mais os mesmos efeitos, seja porque até pautas populares não são capazes de aglutinar mais as massas, seja porque nos tornamos incapazes de avaliar as razões de porque o povo parece se alinhar com forças reacionárias.

O que podemos concluir a partir desse sumário é que, no contexto de periferização, o sistema político das organizações de esquerda se torna, ele mesmo, um pequeno fragmento do tecido social. Organizações políticas de esquerda – quer queiram ou não – partilham de muitos referentes comuns: ideias, comportamentos, histórias parecidas, isso quando não são compostas por estratos sociais também um tanto homogêneos, expandindo ainda mais o alcance desse contexto partilhado. Decorre daí que os últimos indicadores confiáveis que qualquer orientação de esquerda consegue acessar são aqueles produzidos por outras frações da própria esquerda. Não à toa, se torna mais fácil fazer uma análise das contradições entre uma organização política revolucionária e a classe social de seus militantes do que aplicar esse tipo de crítica a outros espaços sociais. Isso acontece porque as esquerdas conhecem melhor esse contexto social particular, a cultura e a economia política de seu próprio setor. Por um lado, por conta da vulgarização, as esquerdas só conseguem se debruçar sobre seu próprio contexto partilhado, por outro, por conta da saturação de suas formas de luta, crescem em número os fracassos e derrotas políticas, tornando todas as correntes de esquerda alvos fáceis umas para as outras. Estão postas, assim, as condições sociais necessárias para transformar a autofagia política na última fonte de energia disponível para as esquerdas politicamente já saturadas.

À medida que os conflitos internos entre as tendências e os projetos de esquerda se tornam os reguladores mais relevantes da ação política, alguns efeitos colaterais começam a surgir. Por um lado, torna-se muito importante que cada linha política se diferencie das demais – já que o único indicador estratégico disponível que temos vem dos erros e fracassos de outros movimentos – o que leva as organizações a sobrevalorizar suas diferenças e ocultar suas contradições, compromissos e impurezas. Esse processo, por sua vez, dificulta ainda mais a interação com o novo terreno social, cada vez mais conflituoso e cheio de contradições – reforçando ainda mais a saturação política e a subsequente autofagia das esquerdas. Por outro lado, como praticamente todo o campo das esquerdas acaba por depender dessas críticas e diferenciações internas minuciosas, o efeito agregado desse processo interno é um desencantamento

generalizado das pessoas com todo o campo revolucionário. Em outras palavras, exatamente a mesma dinâmica que confirma cada posição política às custas das derrotas das outras sinaliza, para quem está vendo de fora, que todo o campo esquerdista está errado e perdido. O que, por sua vez, também reforça a saturação política e reinicia todo esse processo autofágico.

Um terceiro efeito nocivo desse processo é que, quanto mais ele se intensifica, mais parece que o único meio de interrompê-lo é abrindo mão de encontrar um objetivo político comum para o movimento revolucionário e, em vez disso, apelar para a necessidade de nos unirmos contra um inimigo. Apesar da aparência de pragmatismo – deixar de lado as diferenças para enfrentar uma ameaça comum – essa solução traz consigo um perigo muito grande. Isto porque nenhuma estratégia política real pode depender de superestimar a força dos adversários: não podemos subestimá-la, é verdade, mas também não pode haver benefício algum em representar o adversário como todo poderoso – até porque se nenhuma vitória for possível simplesmente perderemos a razão para lutar. Porém, no contexto de autofagia das esquerdas, as referências à extrema-direita, ao fascismo, às forças de cooptação do capital etc., muitas vezes não decorrem de confrontos e avaliações reais, mas da necessidade retórica de criar uma motivação capaz de interromper momentaneamente o fratricídio para que alguma linha política particular se faça ouvir. Quanto mais intenso o processo autofágico, maior também a tentação de representar a direita como uma força avassaladora e sem limites. E se ela não tem limites, então sua presença abarcaria potencialmente toda a classe trabalhadora, que passamos então a olhar com uma profunda suspeita.

A tese da periferização do mundo, no entanto, não é uma tese pessimista ou derrotista. Na verdade, ao introduzir uma série de dinâmicas políticas que podem ser explicadas pela dificuldade da esquerda revolucionária se adaptar ao nosso momento histórico, essa tese também recupera nossa capacidade de ação e resposta, evitando maneiras de descrever nossa situação em que toda força e agência está do lado do capital e do crescente reacionarismo. A tese da periferização propõe, ao invés, uma barganha difícil: é possível, sim, reabrir o

horizonte comunista – mas sob a condição de nos responsabilizamos pela invenção e manutenção daquilo que, até agora, queríamos apenas herdar do capital.